



especial quanto às políticas adotadas pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID; **DO PAGAMENTO:** Valor Máximo do presente contrato é de até R\$ 288.960,00 (duzentos e oitenta e oito mil, novecentos e sessenta reais), durante um período de 12 meses, distribuídos da seguinte forma: a) O Contratante pagará ao Consultor, a título de honorários, uma quantia de até R\$215.800,00 (duzentos e quinze mil e oitocentos reais) pelos serviços prestados conforme indicado no Anexo I – Termos de Referência; **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** cláusula 2.1 do Contrato CT Nº 100/2022; **DATA DA ASSINATURA:** 19 de junho de 2023; **SIGNATÁRIOS:** Desembargador Antônio Abelardo Benevides Moraes e Andreia da Silva Oliveira Gomes.

EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 120/2021

CONVENIENTES: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO CEARÁ e o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ através da PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA; **OBJETIVO:** prorrogar por 12 (doze) meses, com início em 21.06.2023 e término em 21.06.2024, o Convênio que tem por objetivo a criação e instalação de extensão do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania – CEJUSC do Fórum Clóvis Beviláqua, nas dependências da DEFENSORIA, doravante denominado CEJUSC/DEFENSORIA com vistas a promover a solução pacífica dos conflitos por meio da conciliação e mediação, com ATUAÇÃO PRÉ-PROCESSUAL EM DEMANDAS DE FAMÍLIA E CÍVEL, nos termos da Resolução nº 125/2010 do CNJ, excetuadas as audiências previstas no art. 334 do CPC/2015; **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** art. 116, da Lei nº 8.666/93, com as suas atualizações; **DATA DA ASSINATURA:** 19 de junho de 2023; **SIGNATÁRIOS:** Desembargador Antônio Abelardo Benevides Moraes, Desembargadora Vanja Fontenele Pontes, Elizabeth das Chagas Sousa e Manuel Pinheiro Freitas,

NONO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE DESCREDECIMENTO DO EDITAL Nº 0126/2022

OBJETO:

O presente Edital tem por objeto DESCREDECER profissionais (pessoas físicas ou jurídicas) que anteriormente haviam se credenciado junto ao Poder Judiciário do Estado do Ceará, para a prestação de serviços de perícia ou exame técnico, inscritos nos órgãos de classe competentes, e também interpretação ou tradução, nos processos judiciais, e que posteriormente iniciaram o procedimento de descredenciamento voluntário total, mediante aviso escrito, dirigido para a Secretaria Judiciária do TJCE, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, e cujas solicitações obtiveram deferimento por parte da Presidência do Tribunal de Justiça do Ceará, com fundamento nas disposições contidas nos itens 6.4 e 6.5 do Edital de Credenciamento nº 126/2022.

Lista de Descredenciado(s):

COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE:

GABRIELA ALENCAR MOURA – PERITO – MEDICINA – GENERALISTA

Homologo o resultado do nono termo do descredenciamento nº 126/2022.

Fortaleza, 12 de junho de 2023.

Desembargador ANTÔNIO ABELARDO BENEVIDES MORAES
PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ

OUTROS EXPEDIENTES

EXPEDIENTE DA SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS Nº 03/2023

Processo Administrativo nº 8506285-65.2023.8.06.0000/TJ

Assunto: Ressarcimento de servidores à disposição

Interessado: Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas

Autorizamos, em conformidade com a delegação de competência disposta no art. 8º, da Portaria nº 310/2023, de de 9 de fevereiro de 2023, a emissão da Nota de Empenho e o pagamento no valor total de R\$ 12.085,70 (doze mil, oitenta e cinco reais e setenta centavos), alusivo ao ressarcimento dos vencimentos, vantagens e encargos da servidora Maria Edlena Silveira, atinentes à competência referente ao mês de janeiro de 2023 cuja despesa está vinculada ao 1º Grau de Jurisdição.

Fortaleza, em 27 de Abril de 2023.

Felipe de Albuquerque Mourão
Secretário de Gestão de Pessoas

Sérgio Mendes de Oliveira Filho
Superintendente da Área Administrativa

Processo Administrativo nº 8506713-47.2023.8.06.0000

Assunto: Ressarcimento de remuneração da servidora cedida ao TJCE

Interessado: Tribunal de Justiça do Estado do Sergipe.

Autorizamos, em conformidade com a delegação de competência disposta no art. 8º, da Portaria nº 310/2023, de de 9 de